

***SOBRE A DETERMINAÇÃO
CONTEXTUAL DO QUE É DITO
Uma comparação de duas versões
do contextualismo radical****

*Eduardo Marchesan***

<http://orcid.org/0000-0001-9092-9873>

ecmarchesan@gmail.com

RESUMO *Duas versões contemporâneas do contextualismo radical em filosofia da linguagem, uma defendida por François Recanati e outra por Charles Travis, centram sua crítica à distinção tradicional entre semântica e pragmática na categoria de dito (what is said), tal como descrita por Paul Grice. Ambas as versões se contrapõem à ideia de que o que é dito é determinado plenamente pelo significado convencional da sentença proferida acrescido da fixação do valor de elementos indexicais. Ambas sustentam, a partir desta crítica, que uma enunciação não necessariamente expressa um conteúdo proposicional associado ao significado literal da sentença. Neste artigo, busco mostrar que a partilha desta tese negativa geral esconde divergências importantes. Centrando minha análise na reformulação feita por Recanati da categoria de what is said, busco mostrar como ela se organiza a partir da preservação e radicalização de princípios essenciais da pragmática griceana, bem como da ideia de que elementos subsentencias possuem um conteúdo proposicional mínimo atrelado à sua significação. Em seguida, busco apontar como a negação total da pragmática griceana e deste mínimo proposicional por Travis não*

* Artigo submetido em 05/04/2019. Aprovado em 25/06/2019.

** Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

apenas revela uma divergência profunda em relação a Recanati, mas gera problemas para a tentativa de reestruturação da noção de what is said.

Palavras-chave *o que é dito, conteúdo proposicional, intenção, contextualismo radical.*

ABSTRACT *François Recanati and Charles Travis have questioned the traditional distinction between semantics and pragmatics by criticizing Grice's notion of what is said. They are both opposed to the idea that what is said can be read in terms of the conventional meaning of the uttered sentence. Both authors share the thesis according to which what is said does not necessarily put forward a propositional content equivalent to the literal meaning of the uttered sentence. My objective in this paper is to point out important differences between these two positions that are sometimes referred to indistinctively as Radical Contextualism. The paper is centered on the analysis of Recanati's amendment of the notion of what is said. I first show how his reconstruction of this notion is motivated by the preservation of Grice's attempt to explain communication in terms of the intention of the speaker. I then proceed to point out how his contextualism admits the idea of a minimal propositional content attached to the meaning of subsentential components. I conclude by arguing that Travis' rejection of Grice's whole framework goes against Recanati's attempt to amend Grice's notion of what is said.*

Keywords *what is said, propositional content, intention, radical contextualism.*

Introdução

A prevalência dada por Grice à intenção do falante em sua análise da comunicação (ver os capítulos 5, 6, 14 e 18 de Grice, 1989). esteve, notoriamente, aliada à assunção da distinção entre o conteúdo próprio à sentença proferida e aquilo que o falante pretende comunicar ao mobilizar esta sentença. A expressão do sentido do falante (*speaker's meaning*), definido como a crença que ele intenciona transmitir ao seu interlocutor, está, assim, fundada na estabilidade do conteúdo efetivamente proferido, estabilidade esta garantida pela ideia de que a significação convencional de uma sentença afirmativa encapsula um conteúdo representacional correspondente às condições de verdade da sentença. Nesses termos, convivem em sua pragmática um princípio que reconhece a crença do falante, e seu desejo de exprimi-la, como elementos primordiais – tal como

Strawson (1950) havia mostrado em sua crítica à teoria russelliana da referência –, e a assunção de preceitos semânticos que dão consistência à noção mesma de uso que ele pretende mobilizar: usar as palavras, em seus termos, equivale a aplicar dado conteúdo estável a uma situação particular.¹

A categoria central em jogo para a aliança destes dois princípios é o dito (*what is said*). Configurado como o proferimento de um conteúdo semântico predeterminado acrescido de especificações contextuais pontuais (fixação do valor de elementos indexicais, por exemplo²), o que o falante diz pode corresponder ao que ele quer dizer ou pode divergir do que ele quer dizer. No caso de uma convergência, o falante simplesmente tenciona exprimir o que a frase significa.³ Caso aquilo que o falante intenciona exprimir diverja do que é estritamente veiculado pela significação da sentença, a possibilidade de transmissão e compreensão desta intenção passa, como se sabe, pelo reconhecimento de uma inadequação entre a sentença expressa e o contexto comunicativo, inadequação esta que pressupõe a apreensão do conteúdo semântico mobilizado: é porque o ouvinte compreende o que é dito – as condições de verdade da sentença, no caso de uma asserção – que ele pode reconhecer sua incompatibilidade em relação ao que está em jogo na troca comunicativa e inferir o que o falante intenciona exprimir. O principal exemplo são as célebres implicaturas conversacionais descritas por Grice. *A* pergunta a *B* como seu colega *C* está se saindo no novo trabalho e *B* responde “Oh, quite well, I think; he likes his colleagues, and he hasn’t been to prison yet.” (Grice, 1989, pp. 24). Aquilo que ‘ele ainda não foi preso’ significa parece se chocar com o que seria pertinente como resposta à pergunta de *A*, o que o faz supor que

- 1 Aqui está localizada a divergência de Grice ante a filosofia da linguagem ordinária (FLO), que, segundo ele, incorria no erro de equivaler uso e significação. Ver, principalmente, os *Prolegomena* de Grice (1989). Para a relação entre Grice e a FLO, ver a primeira seção da resenha de *Studies in the Way of Words* feita por Stephen Neale (Neale, 1992). Para uma apreciação biográfica da relação de Grice com a filosofia de Oxford, ver Chapman (2005).
- 2 Grice (1989, pp. 25) alude também à necessidade de desambiguação de uma sentença para a compreensão do que é dito. No entanto, o que está em jogo na discussão sobre *what is said* diz respeito à tese contextualista segundo a qual, mesmo assumindo a eliminação da ambiguidade e a fixação do valor de elementos indexicais, ainda assim o dito comporta variações quanto às suas condições de verdade – isto é, variações frente ao significado convencional da sentença. Na versão contextualista que é o foco deste artigo, a categoria griceana de *what is said* é reformulada para comportar variações no valor semântico de elementos subsentenciais que não exigiriam, em princípio, um esforço de desambiguação – ver Recanati (2010a) para a sugestão de que a desambiguação de sentenças opera num nível que ele chama de pré-semântico. É esta ideia que dá origem à tese de uma influência de fatores pragmáticos sobre o que é dito que não se resume à sugestão griceana de que o falante deve assumir seriamente o que diz (em contraste ao que ocorre em casos de ironia, por exemplo), mas que supõe a modulação da contribuição às condições de verdade de uma asserção feita por um elemento não indexical e não ambíguo.
- 3 Trata-se de uma simplificação da proposta de Grice. Deixo de lado sua discussão sobre implicaturas convencionais. Penso, entretanto, que isso não terá grandes influências sobre o que pretendo mostrar. François Recanati, alvo principal da análise que apresento, assume a mesma simplificação. Ver Recanati (1989).

o que *B* pretende dizer escapa ao conteúdo meramente dito: ‘*C* é um vigarista’, ‘*C* tende a criar sérios problemas’ etc.

Uma consequência da convivência e compatibilidade entre o princípio que afirma a prevalência da intenção do falante e o princípio que afirma a literalidade do dito foi, historicamente, a possibilidade de certa aliança entre os estudos semânticos e pragmáticos. Aliança não conflituosa, já que pressupunha uma separação circunscrevendo, a cada um deles, objetos e campos de atuação distintos.⁴ Não por acaso, os esforços contemporâneos que colocam em xeque de modo fundamental a barreira entre a semântica, como dimensão na qual é possível fixar as condições de verdade de uma sentença, e a pragmática, como dimensão na qual está em jogo o querer dizer do falante, passam de modo decisivo pela crítica à noção griceana de *what is said*. Dois destes projetos, nomeados de modo indiferenciado como contextualismo radical,⁵ estão condensados nos trabalhos de François Recanati e Charles Travis. Tal categorização sob a mesma denominação sugere não apenas a compatibilidade destes dois projetos, mas também uma postura similar em relação à tradição pragmática, gesto que esconde divergências que correspondem à herança de duas tradições opostas nascidas da FLO.

De um modo geral, a postura contextualista de Recanati surge como resultado de uma crítica que reconhece uma tensão entre os dois princípios mobilizados por Grice.⁶ Supondo que o conteúdo do dito é estritamente

- 4 Nas últimas duas décadas, os debates sobre a demarcação da fronteira entre a semântica e a pragmática estiveram centrados no tipo de variação contextual que o dito comporta. A defesa de uma variação restrita ao modelo dos indexicais, isto é, a uma variação predeterminada por regras semânticas, une tanto perspectivas chamadas de minimalistas (Borg, 2012, e Cappelen e Lepore, 2005) quanto indexicalistas (Stanley, 2007). O contextualismo de Recanati busca mostrar que a variação contextual do dito atinge elementos subsentenciais que, do ponto de vista minimalista, não precisam de uma complementação contextual para a fixação de seu valor semântico. Nestes termos, uma variação que, para Grice, é exterior ao conteúdo proposicional do dito é tratada pelo contextualismo como inerente àquilo que é dito: “... it affects the proposition expressed by an utterance” (Recanati, 2010a, p. 2). Meu objetivo neste artigo é mostrar como esta tese opera ainda dentro de um quadro griceano e extrair algumas consequências teóricas que derivam deste projeto contextualista (tendo como contraponto um contextualismo avesso à pragmática de Grice, como é o contextualismo de Charles Travis). Nestes termos, este texto *não* é uma defesa do contextualismo de Recanati.
- 5 A expressão “contextualismo radical” é empregada, no mais das vezes, por adversários desta vertente, como Emma Borg (2005) e Cappelen e Lepore (2005). Entretanto, é preciso atentar para o fato de que esta nomeação é ambígua e se refere, por vezes, a projetos distintos daquele que abordo aqui.
- 6 Uma possível crítica apontando que o princípio fundamental para a pragmática de Grice é, na verdade, o princípio de cooperação não estaria, de fato, oposta à afirmação feita aqui de que Grice assume a literalidade do dito e a prevalência da intenção do falante. O princípio de cooperação sustenta que uma troca comunicativa visa à compreensão mútua (deixo de lado as complicações ligadas à insinceridade), o que supõe a assunção de uma racionalidade capaz de reger as trocas comunicativas (assunção esta que pretende se opor às teorias causais da comunicação em voga no momento em que Grice inicia seus trabalhos. Ver, por exemplo, o capítulo 3 de Stevenson (1944)). Assim, se o que é dito parece violar uma das máximas conversacionais de Grice – o falante responde ‘Eu sou francês’ à pergunta ‘Você sabe cozinhar?’ – o princípio de cooperação explicaria a assunção, por parte do ouvinte, de que o falante intenciona exprimir algo distinto do que é dito. O falante é capaz de exprimir um conteúdo não verbalizado proferindo uma sentença que mobiliza um conteúdo

identificado à significação das palavras que compõem a sentença proferida, de modo que qualquer alteração neste conteúdo deva ser explicada por meio do modelo da implicatura, certa tradição griceana acaba por se deparar com situações nas quais o falante deveria mobilizar sentenças cujo suposto conteúdo literal escaparia à sua consciência, mas que, não obstante, deveria ser tratado como aquilo que ele disse. O falante, querendo dizer, por exemplo, que todos os livros que seu amigo lhe emprestou estão sobre a mesa, ao proferir a sentença ‘All the books are on the table’, estaria estritamente dizendo que todos os livros (sem restrição) estão sobre a mesa, algo que, no entanto, nem ele nem o ouvinte reconheceriam intuitivamente como aquilo que foi dito. Nestes termos, são consequências contra-intuitivas geradas por exemplos tratados como casos de implicatura que motivam a flexibilização proposta por Recanati dos critérios que organizam a análise griceana do dito. São tais consequências que o levam a propor que *what is said* está constitutivamente aberto à influência da intenção do falante. Em outras palavras, é a fidelidade ao princípio intencional de Grice que motiva a desestabilização da fronteira entre semântica e pragmática.

A despeito da nomeação geral que ressalta as partilhas entre essa versão contextualista e as propostas de Travis, fundada na constatação de que ambas acabam por mostrar que a influência de fatores extralinguísticos na determinação das condições de verdade de um enunciado extrapolam o papel delimitado pelo modelo dos indexicais, o modo como Travis trata a categoria griceana de *what is said* revela uma incompatibilidade fundamental entre estas perspectivas. Se Recanati pretende reestruturar a categoria de *what is said* teorizando como as intenções do falante penetram esta dimensão estruturando-a internamente, Travis destrói a categoria. Está em jogo, para ele, mostrar como ela está assentada sobre um pressuposto insustentável: a própria ideia de um princípio representativo interno às palavras, no sentido da especificação de parâmetros capazes de apontar quando, de acordo com as palavras em abstrato (daquilo que elas significam a despeito de seu proferimento por um falante num momento histórico), uma sentença afirmativa seria verdadeira. Desfazer essa categoria é, conseqüentemente, esvaziar o elemento sobre o qual operaria a intenção do falante, já que, na tradição pragmática, tratar a intenção como princípio fundamental na determinação das condições de verdade do enunciado seria lê-la a partir do modo como ela opera sobre o conteúdo representativo próprio às

proposicional associado ao seu significado convencional. O ouvinte interpreta a intenção do falante porque compreende o que é dito, reconhece uma inadequação do dito em relação à situação, mas assume que deve haver uma razão qualquer para o proferimento de uma sentença que, tomada em seu significado convencional, seria absurda naquele contexto. Assim, cooperação, intenção e literalidade convivem no modelo de Grice.

palavras. Eliminado o conteúdo proposicional da sentença em abstrato, elimina-se, portanto, o fator essencial para a expressão da intenção: aquilo com o que ela opera. Em resumo, não mais é possível, na versão de Travis, ler o conteúdo que o falante pretende transmitir como expressão da sua intenção comunicativa (no sentido de Grice) porque a intenção comunicativa equivale precisamente aquilo que se dá a ver a partir de *what is said*.

Partindo da análise da teoria contextualista de Recanati, centrada na sua crítica à noção de *what is said*, este texto tem como objetivo demonstrar, em primeiro lugar, de que modo sua postura radical nasce de uma fidelidade a alguns preceitos fundamentais da pragmática griceana, algo que ele mesmo declara ao dizer: “I believe with Grice that meaning properties are to be analysed ultimately in terms of psychological properties. Sentence meaning is to be analysed in terms of utterance meaning, utterance meaning in terms of communicative behaviour, and communicative behaviour in terms of intentions and other psychological states” (1993, p. 20). Em segundo lugar, procuro mostrar como sua tentativa de solução dos impasses produzidos pelo modelo inferencial, aliada à fidelidade ao modelo intencional, acaba por gerar problemas bastante similares àqueles que Travis reconhece na categoria griceana.

Antes de iniciar propriamente minha argumentação, farei breves comentários preliminares sobre a ideia de literalidade no contextualismo radical para esclarecer o modo como ela irá operar no debate.

Literal e não literal

Recanati (2001, 2004) faz uso do termo ‘significado literal’ com um objetivo específico: diferenciar o significado de uma expressão linguística como tipo (*expression-type*) do significado de uma ocorrência da expressão. Nestes termos, o que está em jogo na distinção entre significado literal (t-literal)⁷ e não literal (m-literal) é a divergência (*departure*) entre o significado convencional da expressão-tipo e o significado contextual de uma ocorrência desta expressão. Entretanto, para seus propósitos, não é qualquer divergência que contará como um caso de não literalidade. Divergências mínimas, isto é, divergências orientadas e exigidas por regras semânticas, como no caso de indexicais, não contam como não literais no sentido ordinário: “When the meaning of an utterance only minimally departs from t-literal meaning, that meaning does not count as non literal in the ordinary sense” (2001, p. 265). Para

7 “the literal meaning of a linguistic expression is its *conventional* meaning: the meaning it has in virtue of the conventions that are constitutive of the language” (Recanati, 2001, p. 264).

contar como não literal, a divergência não poderá, segundo ele, ser determinada por regras semânticas. Assim, o conteúdo intencionado nos casos de implicatura é o modelo de não literalidade.

A razão para tal diferenciação não está na busca pela elucidação da noção de significado literal, mas na preocupação em demonstrar como é possível tratar de uma divergência não orientada por regras semânticas sem fazer apelo ao modelo inferencial, evitando problemas gerados por uma radicalização literalista da noção de dito em Grice. A consequência, para Recanati, é precisamente a deformação da noção de dito, o que corresponde a uma disputa acerca da leitura apropriada do espírito da obra de Grice.⁸

Já para Travis, não há uma preocupação explícita com a ideia de literalidade. Sua discussão sobre a significação de uma palavra diz respeito ao modo como o significado contribui para a fixação das condições de verdade de uma asserção. Para ele, há, evidentemente, uma restrição do que um predicado como ‘é preta’ pode representar na sentença ‘A chaleira é preta’ operada pelo significado da expressão na sentença (não será uma chaleira amarela ou vermelha).⁹ Entretanto, tal restrição ainda supõe um conjunto aberto de possibilidades representativas – uma chaleira amarela coberta de fuligem é ou não preta? (voltarei a isso ao fim do texto). Isto é, o significado convencional não decide, de antemão, todas as possibilidades representativas, mesmo que exclua muitas delas. É nestes termos que Travis sustenta que, em abstrato, o significado de uma sentença afirmativa é indeterminado quanto às suas condições de verdade.

***What is said*, intenções e condições de verdade**

A crítica de Recanati acerca da noção de *what is said* pode ser lida a partir de um objetivo central: a demonstração de que, em um número significativo de casos, a expressão, por parte do falante, de uma crença que divirja do conteúdo semântico associado ao significado convencional de uma sentença independe da veiculação deste conteúdo. O que está em jogo é a possibilidade de dar conta de fenômenos corriqueiros nos quais aquilo que é expresso pelo falante escapa a determinações estritamente linguísticas sem apelar para o modelo inferencial de Grice que, assumindo o nível proposicional elementar como

8 O gérmen da tese minimalista está presente em Grice (1989), como mostrarei na próxima seção. Quando falo da radicalização desta tese, refiro-me à inflexibilidade de seus continuadores frente aos resultados contraintuitivos gerados pelos exemplos de que trata Recanati.

9 “In the normal course of events, in speaking English, we mean our words to mean what they do mean, and rely heavily, and *rightly*, on that fact, and on the facts as to what words mean in English, for fixing what they did mean [...] as used by us” (Travis, 2008, p. 106).

equivalente a alguma forma de sentido literal identificado *grosso modo* à significação das palavras, geraria consequências contraintuitivas ao supor que, do ponto de vista da compreensão daquilo que é dito, o interlocutor deveria operar conscientemente com proposições aberrantes como um primeiro passo para atingir o que o falante visa expressar.

No modelo de Grice, *what is said* só não seria equivalente à significação convencional da sentença nos casos em que esta contivesse constituintes abertos, que necessitam de um ato enunciativo para a fixação de sua referência.¹⁰

In the sense in which I am using the word say, I intend what someone has said to be closely related to the conventional meaning of the words (the sentence) he has uttered. Suppose someone to have uttered the sentence *He is in the grip of a vice*. Given a knowledge of the English language, but no knowledge of the circumstances of the utterance, one would know something about what the speaker had said, on the assumption that he was speaking standard English, and speaking literally. One would know that he had said, about some male person or animal, that at the time of the utterance (whatever that was), either (1) x was unable to rid himself of a certain kind of bad character trait or (2) some part of x's person was caught in a certain kind of tool or instrument (approximate account of course). (Grice, 1989, p. 25)

Em outras palavras, excluídos problemas relativos à ambiguidade de uma sentença, *what is said* seria sensível apenas ao tipo de influência contextual própria aos indexicais. Nestes termos, uma variação entre a crença que o falante pretende expressar e o que estritamente é dito que não seja linguisticamente determinada é explicada por meio do modelo comunicacional inferencial. A radicalização literalista desta ideia equivale à assunção inflexível deste critério de determinação do que é dito.¹¹ Assunção esta que, no caso de uma asserção, tem como consequência a ideia de que o dito necessariamente mobiliza a proposição resultante da composição do significado convencional dos constituintes da sentença proferida.

10 Há uma dimensão do dito em Grice (1989) que estou deixando de lado na minha argumentação. *What is said* é uma variedade daquilo que Grice chama de significação não natural (*non-natural meaning*). Um aspecto fundamental deste tipo de significação é a assunção por parte do falante daquilo que ele diz. Nestes termos, nos casos de ironia, Grice sustenta que *what is said* não pode ser identificado ao significado da sentença não ambígua acrescido dos valores de possíveis indexicais. Nestes casos, falta à sentença proferida aquilo que Austin (1962) chama de força assertiva. O falante, portanto, apenas faria como se estivesse dizendo a sentença sem de fato fazê-lo. Para insistir no que indiquei na nota 2, o ponto essencial no contextualismo de Recanati diz respeito à ideia de que, eliminadas possíveis ambiguidades e já computada a contribuição do contexto no caso de elementos indexicais, o dito, proferido com a força assertiva adequada, não necessariamente dá a ver um conteúdo proposicional identificado ao significado convencional da sentença. Para uma leitura recente da significação não natural que mostra a ênfase dada por Grice à responsabilidade do falante, ver o capítulo 2 de Moran (2018).

11 Ver a seção 3 de Recanati (1989).

Entretanto, Recanati lança mão de uma série de contraexemplos que operam como um *reductio ad absurdum* desta tese literalista. É o caso de asserções como ‘All the books are on the table’, ‘I’ve had breakfast’, ‘Everybody went to Paris’ etc. Na análise de Recanati, tais exemplos sugerem a possibilidade de uma variação entre o dito e o conteúdo intencionado pelo falante que não é orientada (e exigida) por regras semânticas. Para ele, o aspecto central nestes casos é o fato de que, apesar de as especificações que permitem a compreensão do que o falante quer dizer ao proferir estas sentenças não serem linguisticamente determinadas, como no caso dos indexicais, a aplicação do modelo inferencial gera consequências contraintuitivas.

Para Recanati, a fixação do valor semântico de constituintes como ‘All the books’ ou ‘Everybody’ depende do proferimento da sentença de um modo distinto daquele que está em jogo no caso do pronome ‘Eu’. Para este pronome, Recanati reconhece uma regra semântica que delimita a referência independentemente da intenção do falante: proferir a sentença é fixar aquele que fala como a referência. A delimitação do conjunto pertinente de livros ou de pessoas numa dada ocasião não pode, entretanto, ser explicada simplesmente por meio da aplicação de regras semânticas – aplicação, aqui, entendida como função do proferimento da sentença. Tal delimitação depende do que o falante intenciona exprimir.¹²

Entretanto, para um literalismo estrito, se o conteúdo intencionado não é apreendido por uma análise indexicalista, ele é exterior ao dito e deve, assim, ser explicado a partir do modelo inferencial. Isso sugere que há um conteúdo identificado ao dito que, divergindo da crença que o falante pretende exprimir, serviria de fundamento para a inferência do ouvinte. A sugestão literalista a que Recanati (1989, 2004) faz referência toma, por exemplo, a leitura irrestrita de ‘All the books’ como o conteúdo a partir do qual seria inferida a crença intencionada pelo falante. O que é dito seria, portanto, que todos os livros (sem restrição) estariam sobre a mesa – é o que equivaleria ao *t-literal meaning* neste caso. Reconhecendo a inadequação desta sentença num contexto específico, o ouvinte inferiria que o falante quer se referir a um conjunto determinado de livros. Usando este exemplo como um *reductio ad absurdum* da tese literalista, Recanati busca apontar como sua assunção gera problemas ao modelo de Grice.

12 Há, sem dúvida, um debate sobre a pertinência ou não da interpretação destes exemplos a partir do modelo indexical. Ver, por exemplo, o capítulo 2 de Stanley (2007) para a defesa da leitura indexical da delimitação do escopo do quantificador e o capítulo 1 de Recanati (2010) para uma resposta. Meu objetivo neste artigo é extrair as consequências da tese contextualista que procura preservar o quadro geral griceano. Nestes termos, não me interessa defender a análise de Recanati, mas assumir suas conclusões para mostrar os problemas que ela gera.

A constatação, aqui, seria simples: questionado sobre se, querendo dizer que todos os livros que pegou emprestado estavam sobre sua mesa, ele teria *dito*, para expressar esta ideia, que todos os livros (sem restrição) estavam sobre a mesa, o falante negaria que esse seria o caso. O mesmo ocorre com o ouvinte: levando em consideração sua intuição imediata, ele não reconheceria todos os livros (sem restrição) como o conteúdo do dito. Tal caso contrasta com um exemplo padrão de implicatura no qual, ao ser perguntado se sabe cozinhar, o falante responde ‘Sou francês’, situação esta na qual os envolvidos não negariam que, querendo dizer que evidentemente sabe cozinhar, o falante teria dito que é francês.

Aceita sua leitura por meio do modelo griceano tradicional, a dificuldade essencial com tais casos estaria centrada na suposição de que, para expressar a implicatura pretendida, o falante deveria empregar um conteúdo do qual ele não tem consciência. Analisando o caso de ‘I have had breakfast’,¹³ Recanati diz: “From a minimalist point of view, the first sentence, ‘I’ve had breakfast’, expresses the proposition that S (the speaker) has had breakfast before t* (the time of utterance). Strictly speaking this proposition would be true if the speaker had had breakfast twenty years ago and never since.” (2004, p. 8). Recanati tira a seguinte consequência desta leitura para a categoria de *what is said*: “... if what the speaker says is that he has had breakfast at least once in his life, then the speaker does not know what he says, because he does not know that this is what he says (were he to be told, he would be very surprised)...” (Recanati, 1989, p. 313). A situação bizarra a que se chega é aquela na qual a intenção comunicativa, derivada do emprego voluntário de um conteúdo numa situação, suporia, nestes exemplos, o desconhecimento do conteúdo em questão, o que colocaria em xeque a própria expressão intencional da implicatura. Como as possibilidades expressivas que escapam a *what is said* pressupõem um ato intencional no qual o conteúdo proferido joga um papel fundamental – o falante diz *A para querer dizer B* – o desconhecimento quanto ao conteúdo proferido desfaz a própria possibilidade de encarar a implicação como aquilo que o falante intencionalmente pretende comunicar. Algo similar ocorre do ponto de vista da compreensão. A implicatura corresponde ao resultado de uma operação que se inicia com o reconhecimento da inadequação do conteúdo de *what is said* em dada situação. Se o ouvinte não tem consciência do conteúdo inadequado, ele não pode supor que outras razões estão em jogo motivando o ato de fala de seu interlocutor, o que provoca um curto-circuito na operação que permite inferir o que o falante quer dizer.

13 Este exemplo aparece originalmente em Sperber e Wilson (1986).

A consequência que Recanati extrai de suas análises diz respeito à impossibilidade de sustentar uma leitura literalista de *what is said*, já que tal equiparação faria colapsar o próprio modelo intencional, destruindo, assim, a possibilidade de explicar a expressão e apreensão daquilo que se quer dizer.

A restrição (*constraint*) que ele impõe, então, para resguardar o modelo fundado na intenção do falante, diz respeito à necessidade de que *what is said* corresponda a um conteúdo acessível à consciência dos participantes de uma interação: o falante deve, necessariamente, saber o que diz, seja em situações nas quais ele quer dizer *what is said*, seja em situações nas quais quer dizer algo diferente de *what is said* (i.e. situações nas quais o modelo inferencial é, efetivamente, aplicável). Se ele não o sabe, “...this is not what he says” (Recanati, 1989, p. 313). Saber o que se diz é, deste modo, o critério a partir do qual é redefinida a categoria de *what is said*, o que tem como consequência a necessidade de sustentar que o conteúdo proposicional – identificado a *what is said* – deve ser circunscrito a partir deste saber: o dito, nível propriamente proposicional (i.e. nível no qual a verdade pode vir à tona), deve acolher variações que envolvem a intuição do falante acerca daquilo que ele expressa: “The speaker believes that what he says is that he has had breakfast on the day of the utterance [...] were reject all theories inconsistent with this belief, and, in particular, the implicature analysis...” (Recanati, 1989, p. 313).

What is said deve, portanto, ser lido a partir da crença do falante acerca daquilo que sua afirmação expressa ou, para ser mais preciso, o conteúdo da afirmação é esta crença ela mesma. Uma questão importante que se coloca é, então, como dar conta da expressão desta crença sem o modelo inferencial, isto é, como, com o proferimento da sentença, o falante pode dar a ver o que quer dizer.

Modulação subsentencial e seleção do sentido

Para Recanati, a expressão do que se quer dizer envolve necessariamente o saber consciente do falante em relação ao que é dito. Assim, *what is said* não pode estar constringido por um critério de literalidade tão estrito quanto aquele derivado da leitura minimalista de Grice. O resultado, então, da fidelidade à perspectiva intencional de Grice é a necessidade de flexibilização do critério de literalidade empregado por ele mesmo, o que significa, em outras palavras, que o contextualismo, na versão capitaneada por Recanati, nasce, em grande medida, do reconhecimento de uma tensão interna ao projeto de Grice. Nestes termos, o que os exemplos mobilizados por seu contextualismo atacam é a separação estrita entre a fixação das condições de verdade de uma asserção e a expressão de uma crença que divirja de uma leitura minimalista do dito.

O resultado negativo a que se chega – característico de todo contextualismo que recebe a alcunha de radical – é a tese acerca da indeterminação da sentença, encarada num nível estritamente linguístico, quanto às condições de verdade que ela mobiliza. Dado que a especificação dos livros em jogo num dado contexto deve compor as condições de verdade do enunciado ‘All the books are on the table’, não é possível fixar, de antemão, unicamente a partir do significado das palavras mobilizadas, qual especificação é pertinente. É possível mesmo que, num contexto particular, seja, de fato, todos os livros existentes que estejam sendo referidos pelo falante (suponha um cenário de ruínas, no qual a quase totalidade de bibliotecas e armazenamentos digitais de livros eletrônicos foram destruídos, a ponto de chegarmos a uma situação na qual, tendo reunido os últimos livros existentes, o falante diz a seu interlocutor que eles estão sobre a mesa). Porém, a argumentação exposta na seção anterior mostra que, não sendo esta ocasião bastante peculiar a ocasião pertinente quando do proferimento da sentença, supor que a sentença mobiliza, necessariamente e em qualquer ocasião, este sentido nos impediria de explicar como um conteúdo restrito, *e.g.* ‘All the books [I sold you]’ poderia ser expresso.

Para Recanati (2004), tais exemplos sugerem, em primeiro lugar, que a variação não indexical do conteúdo de *what is said* ocorre num nível subsentencial, isto é, num nível que precede a constituição de uma proposição completa. Em segundo lugar, os exemplos sugerem que o conteúdo que uma expressão como ‘All the books’ contribui para *what is said* não é, necessariamente, todos os livros (sem restrição). Trata-se de avançar como hipótese a possibilidade de variação do conteúdo semântico que um constituinte pode contribuir para a proposição a ser expressa, o que busca preservar o princípio de composicionalidade, mas o altera de modo fundamental, já que há um outro fator em jogo que modifica o valor semântico dos constituintes antes da composição da proposição. É imprescindível, portanto, explicitar o princípio de seleção do conteúdo pertinente a uma dada ocasião. Entretanto, antes de abordar esta questão central, é necessário precisar um ponto. Há, aqui, uma contradição aparente, já que a tese de que o sentido literal do constituinte não é, necessariamente, o valor semântico a ser contribuído para a proposição não impede (de fato, supõe) que o sentido literal do constituinte seja acessado antes do sentido modulado: “What I am rejecting is not the claim that the literal interpretation of the constituent is accessed before the derived interpretation – that I take to be obvious – but the claim that a similar priority holds at the level of the complete sentence” (Recanati, 2004, p. 28).

Se a crença sobre aquilo que se quer expressar é o elemento primitivo na determinação de *what is said*, é fundamental que a prioridade do sentido literal

do constituinte não seja convertida num automatismo que faria com que fosse este sentido literal aquele a ser contribuído como valor semântico. O preço de tal leitura acerca da prioridade seria cair mais uma vez numa situação em que uma afirmação mobilizaria um conteúdo que não corresponderia à crença que o falante tem acerca daquilo que expressa. Nestes termos, é preciso que a prioridade do sentido literal do constituinte não se converta na contribuição obrigatória deste sentido para a proposição, o que gera um desdobramento da noção de prioridade, isto é, uma diferenciação de dois tipos de prioridade em jogo.

Tal distinção da qual Recanati parece lançar mão é uma distinção entre a prioridade como *acesso* ao conteúdo literal e a prioridade enquanto *computação* do sentido literal como parte integrante da proposição (esta última equivalendo à prioridade nos termos literalistas). A diferença que marca a prioridade como acesso consiste no reconhecimento da necessidade de um conteúdo mínimo fundamental para a geração do conteúdo modulado “... the literal interpretation must come first, insofar as the derived interpretation is derived from it, through enrichment, loosening or transfer.” (2004, p. 28), aliada à negação do processamento de tal interpretação tomado como integração compulsória do seu valor semântico à proposição a ser expressa. De fato, é a suposição de tal contribuição compulsória que estaria na base da ideia de que uma proposição literal absurda é dita pelo falante e compreendida pelo ouvinte. Nestes termos, a questão central para Recanati diz respeito à possibilidade de fazer operar um princípio de seleção, tanto no que diz respeito à expressão (do falante) quanto à interpretação (do ouvinte), que seja, por assim dizer, soberano: nenhum valor semântico possui prioridade em relação a esta seleção. O erro literalista, derivado da concepção griceana da categoria de *what is said* seria, portanto, precisamente supor o caráter compulsório da contribuição do sentido literal.¹⁴

Do ponto de vista da interpretação do dito pelo interlocutor, a distinção inserida por Recanati não parece recair sobre a negação da apreensão cognitiva do conteúdo em jogo, mas sim sobre os modos possíveis de tal apreensão. Isto é, se o sentido literal está presente, permitindo a derivação do conteúdo

14 Este ponto também está em jogo na oposição de Recanati a perspectivas indexicalistas, como a de Stanley (2007), assentadas na distinção de Kaplan (1989) entre *character* e *content*. Tais perspectivas procuram reconhecer nos constituintes modulados uma abertura (*gap*) de tipo indexical. Supor tal abertura é supor a necessidade da complementação da significação linguística, o que sugere, em primeiro lugar, que não há um valor semântico determinado em abstrato e, em segundo lugar, que, tal complementação é plenamente orientada por regras semânticas. A manutenção deste aspecto compulsório na fixação do valor semântico de um constituinte é o que faz com que Borg (2012) reconheça uma aliança entre o literalismo e perspectivas indexicais: ainda que ela pretenda evitar a multiplicação de elementos abertos como parte de uma sentença em abstrato, reconhecer sua existência não coloca em risco a determinação fundamental das regras semânticas nem o caráter compulsório de sua aplicação.

modulado, isto supõe que, de alguma maneira, o ouvinte opere com esse sentido (há, nesses termos, alguma apreensão deste sentido), mas tal operação não deve estar assentada sobre nenhum tipo de cálculo racional. Não há, da parte do ouvinte, um raciocínio efetuado a partir de um elemento prévio, nem mesmo neste nível subsentencial, isto é, o acesso ao sentido literal de um constituinte não é o mesmo que uma compreensão consciente que serviria de base para um processo reflexivo que o levaria à conclusão acerca daquilo que o falante quer dizer.

Assim, nos termos de sua revisão da categoria griceana, a compreensão é, tal como diz Recanati (2004), intuitiva e não discursiva. O conteúdo pretendido pelo falante, e efetivamente contribuído a *what is said*, pode ser recuperado intuitivamente pelo ouvinte, sem que seja preciso supor um conteúdo proposicional desconhecido com o qual ele opere. O conteúdo literal dos constituintes frásticos joga um papel no processo que permite ao ouvinte chegar à versão modulada do constituinte, mas tal papel é reconhecível apenas de um ponto de vista teórico, isto é, da perspectiva da descrição do processo responsável pela geração dos conteúdos modulados, mas não é acessível ao ouvinte – ao menos não como um elemento que faz parte da troca comunicativa. É nesse sentido que ele não é parte de *what is said* e não opera como fundamento de uma inferência: ele não tem, como diz Recanati, uma “realidade psicológica” (1993, pp. 268).

Entretanto, e este é um ponto sobre o qual é preciso insistir, sendo apreendido de certa forma, o sentido literal atua como fonte a partir da qual o conteúdo modulado, a ser contribuído para a asserção, pode ser derivado. Um exemplo recorrente para expor esta diferença corresponde à sentença ‘The ham sandwich is getting restless’, proferida por um garçom acerca do cliente que pediu um sanduíche de presunto. Recanati diz: “To be sure, the literal interpretation of ‘the ham sandwich’ has to come first since it provides the input to the process of transfer. But that literal interpretation is not selected as a possible interpretation in that context: it serves only as input to a transfer process which yields a satisfactory interpretation (‘the ham sandwich orderer’), and it is the latter which goes into the interpretation of the utterance and undergoes a composition process with other semantic values associated with other sub-expressions in the utterance” (1993, p. 266).

O aspecto relevante desta teorização para meus propósitos diz respeito à afirmação da necessidade de derivação do sentido modulado a partir do sentido literal, i.e., da prioridade entendida nos termos em que é endossada por Recanati. Como venho tentando enfatizar, dois princípios devem ser compatibilizados: é preciso que não haja uma prioridade que faça com que a contribuição do

conteúdo semântico do sentido literal seja compulsória, mas, ao mesmo tempo, é preciso dar conta da precedência do sentido literal, já que, sem ele, não haveria a possibilidade de expressão de um sentido modulado: “If I am right, the asymmetric dependence of derived meaning upon literal meaning does not rule out an account according to which literal meaning and derived meaning are on equal footing as far as semantic composition is concerned.” (2004, p. 28).

Nestes termos, o que importa é a ideia de que, do ponto de vista da composição semântica, qualquer sentido pode ser selecionado, sendo os fatores de seleção, fundamentalmente, contextuais.¹⁵ Isto é, tal como Recanati formula esse processo, é o contexto o fator de seleção do sentido relevante a ser contribuído para a sentença: “When na interpretation which fits the broader context of discourse is found, it is selected (that is, it under goes semantic composition) and the other candidates are suppressed” (2004, p. 28). No entanto, tal processo só pode ocorrer porque o acesso prioritário ao sentido literal possibilita uma derivação associativa de sentidos modulados. “In the model I have in mind, the literal meaning of the expression is accessed first and triggers the activation of associatively related representations” (2004, p. 28). O que isso quer dizer quanto à compreensão de *what is said* por um ouvinte é que, ao ouvir o proferimento de uma sentença, ele apreende inconscientemente o sentido literal de um constituinte e, frente ao contexto em jogo, pode intuitivamente, selecionar o sentido relevante para o que está sendo dito (seja o sentido literal ou outro sentido derivado). A tese contextualista em jogo aqui faz a determinação de um pensamento depender desse processo, já que, sem ele, não há conteúdo proposicional.

O que esta discussão permite ver é que, ainda que esteja em questão a crítica (ou “rejeição” [Recanati, 2004, p. 27]) do modelo inferencial, tal como formulada por Recanati, a derivação do sentido modulado a partir do sentido literal, ocorrendo de modo não consciente e evitando desta forma o processamento de um conteúdo proposicional e a subsequente operação racional que, reconhecendo sua inadequação, inferiria um segundo conteúdo, segue ainda estruturada a partir da ideia de adequação de um conteúdo prévio a determinado contexto: é no confronto entre um valor semântico subsentencial e uma situação dada que pode ocorrer a seleção do valor relevante para o dito, o que equivale a dizer que há uma operação, mesmo que não inferencial, que tem

15 O valor semântico de outros constituintes da sentença também é relevante para a seleção do sentido de um constituinte como ‘The ham sandwich’. No entanto, como tais valores semânticos também são, em princípio, dependentes de uma seleção, é aquilo que se quer dizer, como expressão contextual de um pensamento intuitivamente reconhecido pelos participantes de uma interação, que será o fator fundamental de seleção.

como fundamento uma significação mínima identificada ao *Sinn* fregeano.¹⁶ Mais do que isso, o resultado de tal operação corresponde ao teor da intenção comunicativa do falante, àquilo que o falante quer dizer (*speaker meaning*).

O que quero dizer é que, se, por um lado, o contextualismo de Recanati é radical, já que elimina a existência de qualquer proposição completa prévia à enunciação de um falante, fazendo daquilo que ele intuitivamente acredita dizer e que o ouvinte intuitivamente compreende o *truth-bearer* primordial (no sentido de que, antes dele, não há nenhum pensamento completo), num nível teórico, ou, do ponto de vista do falante, num nível pré-consciente, existe a necessidade de postular unidades que possuem, em potencial, a capacidade de serem compostas de tal modo a fixarem um conteúdo proposicional determinado.¹⁷ Isso faz com que, mesmo deslocando o foco da análise para os constituintes sentenciais, podendo, assim, evitar as consequências contraintuitivas que colocavam em xeque o próprio modelo inferencial, o modelo teórico de Recanati pressuponha a aplicação de um valor semântico preestabelecido a um contexto, de forma que o confronto entre estas duas instâncias permite a expressão e compreensão daquilo que o falante quer dizer.

A insistência sobre as diferenças no modo como este processo ocorre – “... the derived interpretation is associatively derived from the literal interpretation, but it’s not inferentially derived” (2004, p. 29) – respondem às necessidades teóricas que expus acima, mas não alteram o fato de que está em jogo o mencionado confronto. Ele diz: “...derived meanings still proceed (associatively) from literal meanings, which they indeed presuppose; but although generated serially, they are processed in parallel” (2004, p. 28). Sendo processados “em paralelo”, os sentidos modulados estariam em pé de igualdade com os sentidos literais. No entanto, sua geração seriada dependeria necessariamente do confronto com o contexto, já que Recanati afirma que não há uma lista prévia e fechada de sentidos “For example the mass term ‘rabbit’ will be preferentially interpreted as meaning *rabbit fur* in the contexto of ‘He wears rabbit’ and as meaning *rabbit meat* in the contexto of ‘He eats rabbit’.

16 Diferenciando sua perspectiva (*Truth-conditional pragmatics*) do contextualismo radical, Recanati diz que aceita (ao contrário da versão contextualista radical) o que ele chama de “Fregean presupposition”, segundo a qual “... the conventions of the language associate expressions with senses” (2010b, p. 18). Segundo ele, sua perspectiva aceita tal pressuposto, mas nega “The Fregean assumption”, segundo a qual “what an expression contributes [...] is the sense which it independently possesses in virtue of the conventions of the language” (2010b, p. 17).

17 Recanati assume este ponto como algo que o diferencia de um contextualismo (ainda mais) radical: “There are two versions of contextualism. TCP is the weaker of the two. It holds that the linguistic meaning of an (ordinary, non-indexical) expression *need not be* what the expression contributes to propositional content. Radical contextualism (RC) holds that it *cannot be* what the expression contributes to propositional content” (2010b, p. 17).

This [is] not a matter of selecting a particular value in a finite set; with a little imagination, one can think of dozens of possible interpretations for ‘rabbit’ by manipulating the stipulated context of utterance; and there is no limit to the number of interpretations one can imagine in such a way” (2004, p. 24). Deste modo, não está em jogo a mera “seleção” do sentido adequado, trata-se verdadeiramente da geração, tal como ele diz, do sentido em contexto, geração esta que é o resultado expressivo do modo como um falante mobiliza dado constituinte (o modo como ele o emprega numa determinada sentença em uma ocasião particular, como via de expressão daquilo que tem a intenção de comunicar).

A conclusão, aqui, é que o contextualismo entendido como a penetração da intenção do falante no conteúdo proposicional da sentença, isto é, como a sugestão de que aquilo que ele quer dizer atua como fator extralinguístico capaz de alterar as condições de verdade do que é dito, agindo em nome da preservação da intuição do falante acerca do conteúdo proposicional daquilo que diz, desloca a noção griceana de uso para um nível subsentencial, o que, promovendo distorções necessárias a este conceito, guarda, entretanto, sua ideia fundamental de expressão de um conteúdo mental derivada da aplicação de um termo (ou conjunto de termos), com um significado equivalente a um mínimo representacional a uma situação comunicativa.

Literalidade como conteúdo proposicional potencial

Uma consequência deste desenvolvimento teórico, plenamente admitida por Recanati, é a possibilidade de composição dos sentidos literais dos constituintes empregados para formação de uma expressão complexa. Na formalização proposta por ele para a interpretação de expressões complexas, este caso corresponderia à atribuição do valor de identidade à função de modulação, função esta que teria como variáveis os sentidos literais dos constituintes a serem contribuídos para uma asserção. De forma geral, tal função corresponderia à unidade primordial na composição de uma expressão complexa: “The suggestion, then, is that we should take the modulated meaning of an expression *a* in context *c*, viz. *mod*(*a*, *c*)(*I*(*a*, *c*)), as the building block which our compositional machinery requires to deliver the correct interpretation for complex expressions” (2010b, p. 44). O valor da função *mod*, correspondendo à interpretação da expressão *a* em um contexto *c*, seria um valor de identidade nos casos em que está em jogo o sentido literal da expressão: “If no modulation is contextually appropriate and the expression receives its literal interpretation, the value of *mod* will be the identity function: literalness is treated as a special case of (zero) modulation” (2010b, p. 44).

O que a teorização da função *mod* com o valor de identidade indica é a admissão da existência de condições de verdade determinadas para uma sentença em abstrato, isto é, especificadas de modo inequívoco, decorrente simplesmente da composição da significação literal de seus constituintes: “Thus understood, the formula says that the interpretation (content) of a complex expression. α \star β is a function of the modulated meanings of its parts and the way they are put together (and nothing else)” (2010b, p. 45). Assim, a tese contextualista sobre a indeterminação das condições de verdade de uma sentença em abstrato convive, nesta versão, com uma determinação potencial correspondente à combinação dos sentidos literais dos constituintes mobilizados numa sentença. Em outras palavras, se há indeterminação quanto às condições de verdade de uma sentença em abstrato, isso se dá porque não é possível decidir se o valor semântico dos constituintes equivale a seu sentido literal, isto é, sem o proferimento de uma sentença correspondendo à mobilização destes conteúdos num contexto particular, não há, propriamente falando, uma proposição em questão. Entretanto, tal tese não é equivalente à suposição de que não existe uma proposição determinada correspondente à mera apreciação da significação das palavras o que, tal como sugiro aqui, não apenas diferencia o contextualismo de Recanati de propostas inspiradas no convencionalismo austiniano, como ele indica no prefácio de seu *Truth-conditional pragmatics* – estabelecendo uma espécie de *continuum* quanto à radicalidade assumida na tese¹⁸ – mas o coloca em rota de colisão com esta tradição.

O convencionalismo e a significação de uma sentença

A rota de colisão mencionada entre as duas tradições contextualistas passa por um ponto de convergência: a crítica à categoria griceana de *what is said* fundada no compromisso que esta mantém com o literalismo. Tal ponto de convergência parece ganhar ainda mais importância na medida em que o questionamento de *what is said* aparece, nas duas tradições, assentado sobre a negação de um conteúdo proposicional literal que serviria de base para a operação inferencial capaz de permitir a compreensão daquilo que o falante quer dizer. No entanto, a natureza da crítica ao dito como expressão literal de um conteúdo passível de ser verdadeiro ou falso diverge, nos dois casos, de modo a fazer com que o ataque de Travis ao modelo de Grice coloque em xeque também a teoria desenvolvida por Recanati.

Insistindo, ainda, na similaridade entre as duas posições, é possível

18 Ver notas 18 e 19.

reconhecer que o ataque à categoria griceana de *what is said* gera (ou sustenta, no caso de Travis) uma tese acerca da indeterminação das condições de verdade de uma sentença em abstrato¹⁹. Ambas as tradições dão evidência ao fato de que a significação de uma sentença não ambígua apresenta uma abertura (não restrita a fenômenos de indexicalidade) quanto às condições de verdade que podem ser mobilizadas a partir de seu proferimento. Isso significa que não há, como em Grice, a hipótese da invariabilidade daquilo que é dito nas diversas enunciações de uma sentença como ‘The kettle is black’. Este ponto aparece em Travis do seguinte modo: “... for the words ‘The kettle is black’, what needs to be shown to save something like Grice’s notion of saying is that, barring ambiguities which those words may bear in English, and barring such things as shifts in what object(s), time(s), etc. are spoken about in the words, there is one thing which is strictly speaking said throughout all n cases (where that thing is something that may be true or may be false).” (Travis, 2008a, p. 29). É precisamente este conteúdo proposicional invariável do dito que está em questão de um modo decisivo. Entretanto, há, quanto a este ponto, uma divergência fundamental no que diz respeito à natureza desta indeterminação.

Como procurei demonstrar, a indeterminação, tal como tematizada por Recanati, diz respeito a quais valores semânticos os constituintes frásticos efetivamente contribuem num ato de fala assertivo, valores estes que dependem do contexto, mas que derivam de um sentido associado à significação convencional de uma expressão. Isto é, trata-se de uma indeterminação que está fundada na manipulação que um falante pode fazer de um valor previamente estabelecido: dado que não há prioridade do sentido literal em relação à contribuição de um constituinte à proposição expressa, não é possível dizer, de antemão, qual proposição uma sentença em abstrato avança. No entanto, para Travis,²⁰ a indeterminação de *what is said* não assume aquilo que Recanati chama de *Fregean Presupposition*, isto é, a associação entre significação convencional e um sentido, entendido como a contribuição que um componente subsentencial pode dar às condições de verdade de uma asserção.

Ainda que fixássemos arbitrariamente que os constituintes de uma sentença devem contribuir um valor semântico supostamente associado ao seu significado convencional para o conteúdo proposicional, seria necessário dizer de que modo esta contribuição se relaciona a uma situação concreta, isto é, como é possível decidir, por exemplo, se o modo como dada chaleira se apresenta em dado momento conta como um caso daquilo que a sentença propõe. Trata-se

19 A indeterminação refere-se à sentença em abstrato. O debate contextualista busca precisar o nível no qual uma determinação é possível.

20 Principalmente em Travis (2008a, 2008b), para a crítica do autor à noção de *saying* em Grice.

de um ponto sobre a aplicação de uma regra – a formulação de uma regra não comporta de antemão todas as suas possibilidades de aplicação – que Travis extrai diretamente de Wittgenstein: “... one may know what all the parts of the expression of a thought name, insofar as there are identifiable facts as to what they name, and still not know what the condition on the correctness of that wholes. For that the parts name precisely those things is compatible with each of many divergent conditions on correctness. ‘Slab’ may name slabs; but there are various conditions for speaking truth of given things in so using it” (Travis, 2006, p. 24).

Esta ênfase no caráter aberto da significação quanto às demandas necessárias para a verdade tem, no caso de Travis, uma dimensão peculiar, já que, mesmo quando Recanati insiste no fato de que os sentidos modulados passíveis de serem contribuídos para dada asserção não fazem parte de uma lista fechada e predeterminada – o que poderia sugerir a assunção de uma tese similar à de Travis quanto à determinação – ele o faz tomando como pressuposto desta variação indeterminável o sentido literal – trata-se, afinal de contas, da modulação *do sentido literal*. O caso de literalidade deve, por princípio, corresponder a um caso de determinação *possível*.

Já os exemplos de indeterminação mobilizados por Travis são, por sua vez, exemplos que, também por princípio, põem em jogo as palavras em sua acepção comum, sem supor nenhum tipo de variação na sua significação entre as diversas situações de uso da sentença. Voltemos à sentença ‘The kettle is black’, na qual ‘the kettle’ significa ‘the kettle’ e ‘is black’ significa ‘is black’ – seja qual for a definição destas palavras num dicionário. Mesmo encarada nestes termos, há ainda inúmeras possibilidades para aquilo que pode ser dito com a enunciação desta sentença, i.e., sua asserção pode ainda mobilizar diversas condições possíveis para sua verdade. Tal como Travis sugere, suponha dois exemplos: a) Max enche sua chaleira de alumínio com os ingredientes para um cozido e a coloca na pequena fogueira que armou. Uma hora depois, ao informar seu amigo Sam de que assim procedeu, este, assustado com a notícia, corre para retirar a chaleira da fogueira. Constatando o estado no qual se encontra o utensílio, Sam diz para Max: ‘Isso foi bastante idiota. Look, the kettle is black’; b) um casal procura panelas e outros utensílios domésticos para sua casa e tem interesse apenas em panelas pretas (por causa da conservação do calor propiciada por elas). Por um acaso qualquer, a chaleira que está posta na vitrine da loja que o casal observa é exatamente a chaleira de Max. O marido diz ‘Look, there is a nice black pot’ e sua mulher responde ‘Não, não é preta. Está apenas coberta de fuligem. Que desleixo da parte da loja deixar isso aí.’

Em cada um dos dois casos, as condições para a verdade da afirmação de que a chaleira é preta variam, ainda que não haja diferença no que as palavras

significam. No primeiro caso, uma chaleira coberta de fuligem conta como uma chaleira preta frente aos propósitos do falante naquela ocasião, fazendo com que a sentença de Sam seja verdadeira, o que não é o caso na segunda situação: a chaleira de Max não conta como preta para os propósitos do casal que procura utensílios para sua casa.²¹

Frente a exemplos como estes, poderíamos, como hipótese, buscar aplicar o modelo de Recanati supondo que, nestes casos, já estaria em questão algum tipo de modulação que fizesse com que o predicado ‘is black’ contribuísse para a proposição um valor semântico que divergisse de seu sentido literal, *e.g.* “coberto de fuligem preta”, no primeiro caso, ou “pintado com tinta preta”, no segundo caso. Entretanto, a suposição da modulação nestes casos nos obrigaria a dizer o que poderia contar como o valor semântico associado ao sentido literal de ‘ser preto’. Qual é o mínimo representativo que, equiparado ao significado linguístico das palavras mobilizadas, contaria como ‘ser preto’ e operaria em ambos os casos? Não se trata simplesmente de supor que, nos dois casos, é mobilizado um conteúdo mínimo capturado simplesmente pela significação ‘cor preta’, no sentido de que haveria uma restrição que oporia casos de ‘ser preto’ a casos nos quais poderia ser dito que algo ‘é vermelho’, por exemplo. O ponto central é que, como mínimo representativo, o sentido literal deveria permitir a determinação quanto às demandas mobilizadas para que o dito fosse verdadeiro. Isto é, supondo que aquilo que é dito a respeito da chaleira nos dois casos em questão corresponde ao conteúdo modulado de ‘é preta’, é preciso poder reconhecer qual seria a representação *determinada*, isto é, que não admitiria variações quanto às suas condições de verdade, posta em jogo pela contribuição do sentido literal de ‘é preto’ para o dito. Parece clara a impossibilidade de supor tal mínimo representativo invariável que, tal como estou sugerindo, corresponderia a um sentido gerador de casos modulados de ‘ser preto’. O exemplo de Travis é um modo de apontar a indeterminação absoluta de qualquer sentido literal postulado nos termos de Recanati.

O que tal impossibilidade desmonta é precisamente a base mínima que, no sistema de Recanati, poderia gerar conteúdos modulados a serem selecionados num dado contexto. Se a modulação operava sobre os conteúdos mínimos representativos, o que desaparece são precisamente os elementos basilares que fundavam tal operação. A intenção do falante perde, nesses termos, o instrumento com o qual ela operava, aquilo que ela podia mobilizar em dado contexto como condição para a expressão de uma crença.

21 Travis enfatiza, portanto, questões relativas ao conhecimento prático de um falante para a determinação do dito, gerando uma série de problemas vinculados à filosofia da ação.

Referências

- AUSTIN, J. L. “How to do things with words”. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BORG, E. “Pursuing meaning”. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- CAPPELEN, H., LEPORE, E. “Insensitive semantics”. Oxford: Blackwell, 2005.
- CHAPMAN, S. “Paul Grice, Philosopher and Linguist”. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- GRICE, P. “Studies in the way of words”. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- KAPLAN, D. “Demonstratives.” In: ALMOG, J. WETTSTEIN, H., PERRY, J. *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press, pp.481-563, 1989.
- MORAN, R. “The exchange of words”. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- NEALE, S. “Paul Grice and the Philosophy of Language”. *Linguistics and Philosophy*, 15, pp. 509-559, 1992.
- RECANATI, F. “The pragmatics of what is said”. *Mind & language*, Vol. 4, Nr. 4, pp. 295-329, 1989.
- _____. “Direct reference: from language to thought”. Oxford: Blackwell, 1993.
- _____. “Literal/non-literal”. *Midwest Studies in Philosophy*, Oxford, Vol. 25, Nr. 1, pp. 264-274, 2001.
- _____. “Literal meaning”. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. “Pragmatic enrichment”. 2010a [on line]. Disponível em https://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/ijn_00503959/document (Acessado em 10 de maio de 2019).
- _____. “Truth-conditional pragmatics”. New York: Oxford University Press, 2010b.
- SPERBER, D., WILSON, D. “Relevance: Communication and Cognition”. Oxford: Blackwell, 1986.
- STANLEY, J. “Language in context”. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- STEVENSON, C. L. “Ethics and language”. New Haven: Yale University Press, 1944.
- STRAWSON, P. F. “On referring”. *Mind*, Oxford, Vol. 59, Nr. 235, pp. 320-344, Jul. 1950.
- TRAVIS, C. “Thought’s footing. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____. “On what is strictly speaking true”. In: TRAVIS, C. *Occasion-sensitivity*. New York: Oxford, 2008a, pp. 19-64.
- _____. “Annals of analysis”. In: TRAVIS, C. *Occasion-sensitivity*. New York: Oxford, 2008b, pp. 65-93.
- _____. “Meaning’s role in truth”. In: TRAVIS, C. *Occasion-sensitivity*. New York: Oxford, 2008c, pp. 94-108.